

Nem Ulysses sabe dizer quando mandato será votado



Aldori Silva

Ulysses e Cabral se reuniram no feriado para definir estratégias para Disposições Transitórias

Sarney monta, hoje, esquema para votação

O presidente José Sarney convocou para o meio-dia de hoje uma reunião com 12 ministros e as lideranças do Governo no Senado e na Câmara para definir logo uma estratégia que assegure a votação do mandato na Assembleia Constituinte ainda esta semana. Segundo o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que passou o dia de ontem ao telefone, formalizando o convite aos participantes, Sarney está empenhado em embarcar para os Estados Unidos, no próximo domingo, com os cinco anos de mandato assegurados, certo de que isso repercutirá positivamente quando discursar para lideranças de diversos países na ONU.

Costa Couto admitiu, porém, a possibilidade de o Governo esbarrar numa obstrução premeditada de alguns segmentos do PMDB e outros partidos, o que dificultaria o exame das Disposições Transitórias até sexta-feira. Nesse caso, articula-se com as correntes pró-Sarney e o Centrão a retirada do plenário, inviabilizando também a votação de outros artigos polêmicos, como a anistia para os militares punidos.

Estratégia

Os dois casos são hipotéticos, com as chances matemáticas para o mandato do presidente Sarney ser votado logo. Ainda ontem, Costa Couto foi informado pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) que o capítulo da questão indigenista, em pauta a partir de hoje, pode ser resolvido em questão de horas. As questões polêmicas dessa matéria, através de um acordo informal de lideranças, devem ser transferidas para a legislação ordinária.

A estratégia governista consiste em garantir a presença dos constituintes em Brasília esta semana. A avaliação dos ministros serve, basicamente, para o Governo contabilizar os votos favoráveis, desfavoráveis e indecisos, concentrando o esforço nesses últimos para concluir um placar de 320 votos.

Segundo Ronaldo Costa Couto, o presidente Sarney aproveitou o feriado para fazer um relaxamento no sítio de São José do Pericumã, segundo conselho médico. Sarney abriu a porta do sítio para o ministro e o porta-voz Carlos Henrique de Almeida Santos mas evitou falar de política.

Lyra comunica a Arraes que está no PDT

Recife — O deputado e ex-ministro da Justiça Fernando Lyra (PE) comunicou ontem ao governador Miguel Arraes que estará ingressando no PDT na primeira quinzena de julho para coordenar a campanha do ex-governador Leonel Brizola à Presidência da República.

— "Gostaria de coordenar a sua eleição, mas como o sr. não quer ser candidato eu vou coordenar a do Brizola. É algo eu sei e gosto de fazer", disse Lyra ao governador. Arraes, por sua vez, respondeu que compreendia as razões do deputado e que esperava que no plano regional os dois continuassem juntos.

Lyra e Arraes conversaram cerca de duas horas na ala residencial do Palácio do Campo das Princesas. O deputado garantiu que não trataram de questões políticas locais e sim da conjuntura nacional, basicamente sobre o futuro do PMDB e a sucessão presidencial.

Arraes também manifestou-se preocupado com o futuro do PMDB, mas não admite deixar o partido para engrossar a dissidência que é comandada na Constituinte pelos senadores Mário Covas, Fernando Henrique e José Richa.

— "Não gosto muito de ameaçar fazer as coisas, e sim de fazê-las logo", disse o governador.

Militares insistem na manutenção do texto sobre anistia

Um almoço, ontem, no Setor Militar Urbano, entre o presidente José Sarney e o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, comprovou que os ministros militares estão trabalhando intensamente para manter o texto sobre anistia aprovado na Comissão de Sistematização da Constituinte. Eles não aceitam a emenda a ser votada para as disposições transitórias, permitindo que cassados sejam reintegrados à ativa.

Antes desse encontro de Leônidas com Sarney, pela manhã, logo após a reunião com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o relator Bernardo Cabral — que vem conversando há alguns dias com os ministros militares — declarou que "há muita dificuldade para os militares assimilarem novos avanços no texto". Hoje, o presidente Sarney na reunião que fará com 12 ministros e a liderança do Governo, o assunto deverá ser examinado, junto com a questão do mandato presidencial.

A questão

O artigo aprovado pela Comissão de Sistematização concede anistia a todos que, no período

de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituinte tenham sido atingidos por questões políticas ou por atos de exceção, institucionais ou complementares. Também as pessoas abrangidas pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, são beneficiadas. É assegurado a elas, as promoções na inatividade ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem na atividade. Não terão direito, porém, à reintegração.

Os trabalhadores do setor privado e dirigentes sindicais também se beneficiarão da medida quanto, por motivos políticos, tiverem sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam. As pessoas cassadas também por motivos políticos no período de 15 de julho de 1969 a 31 de dezembro do mesmo ano, por ato do presidente da República, poderão requerer ao Supremo Tribunal Federal o reconhecimento de todos os direitos e vantagens interrompidos, desde que comprovem "vício grave" no ato de cassação.

Cassados temem radicalização

O receio de uma radicalização e a perspectiva de um impasse na votação do texto da anistia contido nas Disposições Transitórias da Constituinte está levando o grupo militares cassados, chefiados pelo comandante Ferro Costa, a tentar fechar um acordo com as lideranças políticas em torno de uma fusão de emendas existentes. O resultado seria a concessão de benefícios, através de uma aposentadoria, apenas para os 1.509 marinheiros punidos por atos administrativos, porém com motivação política.

"Se perdemos — diz o comandante Ferro Costa — iremos recorrer ao Supremo Tribunal Federal e será pior para todos, inclusive para os ministros militares, pois estaremos dando início a um processo de argentinização do Brasil. Muita coisa que ainda não veio à tona será desenterrada e aí o que estará em questão será o movimento de 64".

Preocupação

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, e os assessores parlamentares do Exército, no entanto, não dão mostras de muita preocupação com essa ameaça e descartam a possibilidade de ser feito qualquer acordo em torno da anistia dos textos do Centrão e Sistematização, únicos por eles aceitos, pois não aumenta os ganhos financeiros de ninguém e nem prevê reintegração. Na verdade, os militares já se garantiram no próprio texto constitucional aprovado, no capítulo das Forças Armadas, que diz não serem os atos administrativos da área militar passíveis de habeas corpus ou de apreciação por parte do Judiciário. Assim, qualquer tentativa no sentido de levar à

justiça os atos administrativos de punição dos marinheiros estará ferindo a Carta Constitucional, segundo lembram o ministro Sabóia e assessores do Exército.

Lobbies

Depois dessa perspectiva pouco promissora para os cassados militares, só não foram anistiados, ainda, os marinheiros expulsos depois de 1964 com atos administrativos. Restaram a eles apenas a força da argumentação e sua competência no lobby contra as alegações dos ministérios militares.

Os ministros da Marinha e do Exército, almirante Henrique Sabóia e general Leônidas Pires Gonçalves, reforçam o lobby oficial e já deram mostras disso. No domingo, aceitando um convite do relator Bernardo Cabral, almoçaram na casa de um irmão do deputado, numa afastada residência no Lago Norte.

A votação da anistia nos próximos dias foi o prato principal do encontro o-almoço dos ministros militares com Cabral. O ministro da Marinha admitiu ter conversado com o deputado Bernardo Cabral sobre a anistia, dentre outros temas do momento. Mas não quis descer a detalhes, fazendo apenas alusão à sua posição no assunto. Ou seja, em total confronto com o desejado pelos cassados, os ministros militares não admitem reintegração de cassados, anistia aos atos administrativos e pagamento de atrasados, ou "pseudo-atrasados", conforme as palavras do almirante Sabóia: "Atrasado por quê? Eles não prestaram nenhum serviço para receber atrasados...", complementou.

Presidente já prepara pronunciamento à ONU

O presidente José Sarney passou a parte da manhã de ontem no sítio São José do Pericumã, retornando a Brasília para almoçar com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, em sua residência no Setor Militar Urbano. Segundo o porta-voz da Presidência, jornalista Carlos Henrique Santos, o Presidente "atendeu um convite antigo do ministro". Do almoço participaram mais oito pessoas, "convitados pessoais do general Leônidas Pires Gonçalves", cujos nomes não soube informar.

O porta-voz disse que o Presidente passou os últimos dias preparando o discurso que fará dia 7, na Assembleia Geral da ONU,

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), afirmou ontem não saber se será possível votar o mandato do presidente Sarney até amanhã ou quinta-feira próxima. Ele informou que, terminada a votação do capítulo dos Índios, prevista para hoje, colocará em votação o capítulo das Disposições Transitórias, independente da celebração de um acordo entre o Centrão, o PMDB e as esquer-

"Se houver acordo, melhor. Se não houver, não iremos dizer ao País que não há mais Constituinte. Temos que colocar em votação a matéria" afirmou Ulysses, enquanto recebia em sua casa os deputados Bernardo Cabral (PMDB-AM) e Adolfo Oliveira (PL-RJ), para acertar detalhes técnicos para a votação das Disposições Transitórias.

O presidente da Constituinte disse que o mandato deve ser votado de acordo com o regimento interno da Constituinte e com a maior brevidade possível. Ele salientou que ainda não há acordo para que a votação seja realizada amanhã, nem garantiu que ela ocorrerá até quinta-feira. "A Constituinte é composta por 559 parlamentares e temos que respeitar a soberania do plenário", afirmou.

Interessados

Ulysses Guimarães espera receber hoje o texto acordado para

Sant'Anna acha que decisão sairá logo

Ao contrário do que diz o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que não arrisca previsões sobre a votação do mandato do presidente Sarney ainda esta semana, o líder governista Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) previu ontem que, se houver obstrução para atrasar as Disposições Transitórias, esse atraso será de no máximo "duas ou três horas". Segundo ele, a menos que haja algum "fato extraordinário", o presidente Sarney viajará para a ONU, no próximo sábado, com seu mandato já definido.

Sant'Anna permaneceu ontem, à tarde em seu gabinete, dando prosseguimento ao que chama de "metodologia da mobilização". Ele voltou a prever 320 votos para o mandato de cinco anos, "se todos os 559 constituintes estiverem presentes no dia da votação", e disse que os que deixaram Brasília na sexta-feira foram instruídos para retornar até ontem à noite, ou, no máximo, hoje de manhã.

Atrazo

Sobre a possibilidade de atraso devido à votação, antes das disposições transitórias, do capítulo do Índio, Sant'Anna lembrou que o deputado Ulysses Guimarães já declarou que estabelecerá um prazo para votação de um acordo hoje e, se não houver entendimento, será colocada em votação a emenda do Centrão. Sobre previsões do senador José Fogaça (PMDB-RS), de que os entendimentos poderão acarretar um atraso de até 10 dias na votação do mandato presidencial, Sant'Anna disse que essa avaliação "não está em consonância" com a que estaria sendo feita por Ulysses Guimarães.

O líder governista disse ainda não prever dificuldade para a votação das disposições transitórias, devido à diferença na estrutura do texto, que não é dividido em capítulos e seções, como as disposições permanentes.

o capítulo dos Índios. Em seguida, discutirá com as lideranças a votação das Disposições Transitórias. Segundo o deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte, Ulysses se reúne com os líderes ainda hoje, para tentar um acordo em torno da votação das Disposições Transitórias.

Ao contrário do presidente da Constituinte, Bernardo Cabral não vê empecilhos para a votação do mandato do Presidente nesta semana, assim como o deputado Adolfo Oliveira. "Acho que as Disposições Transitórias entrarão esta semana, até porque estamos interessados no encerramento dos trabalhos até meados de julho", afirmou Cabral. O relator acha que os parlamentares precisam descansar no recesso de julho.

Bernardo Cabral é favorável à aprovação do texto básico do Centrão e adiantou que seu parecer será favorável à matéria. Ele não vê riscos de se configurar um "buraco negro" nas Disposições Transitórias (rejeição de todos os textos sobre o assunto). Segundo o relator, o mandato somente não será votado esta semana se não houver quorum. Ele acredita que, no caso de parte do PMDB e das esquerdas não quiserem aprovar o texto básico do Centrão, o grupo terá número suficiente para aprovar sua proposta.

Emendas

O título das Disposições Tran-

Índio ainda sem acordo

As lideranças partidárias terminam hoje a elaboração do texto de acordo para o capítulo dos índios que será votado à tarde na Constituinte. Já existe consenso no reconhecimento do direito dos índios sobre as terras tradicionalmente ocupadas por eles, além de ter sido retirado das disposições transitórias um dispositivo que estabelecia o prazo de cinco anos após a promulgação da Constituição para a demarcação dessas terras. Assim, ficará estabelecido apenas o princípio que permitirá novas demarcações sempre que necessário.

A negociação de hoje analisará a proposta de fusão apresentada pela Frente Parlamentar de Defesa do Índio elaborada com as emendas dos deputados Alcei Guerra (PFL-PR), Fábio Feldman (PMDB-SP) e do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). O principal ponto de discussão será o parágrafo que torna extintos e nulos os atos de qualquer natureza que impliquem no domínio, posse ou concessão das terras ocupadas pelos índios. Isso significa que estariam invalidados todos os atos que permitem hoje, explorações em terras indígenas.

Rigor

De acordo com o texto aprovado no capítulo do Poder Legislativo é competência exclusiva do Congresso Nacional as concessões para exploração em terras indígenas. Segundo o deputado Alcei Guerra — que foi o relator da subcomissão — isso significa um grande avanço para essas populações, pois "existirá um critério mais rigoroso para essas concessões". Alcei afirma que o acordo é satisfatório levando em conta a composição do Congresso Nacional, "que tem

sitórias recebeu um total de 446 destaques e emendas. Ontem, o presidente da Constituinte e os relatores estavam fazendo o agrupamento das emendas por assuntos. Segundo o deputado Adolfo Oliveira, mais da metade dos itens das Disposições Transitórias tem o apoio consensual dos parlamentares. Os principais pontos polêmicos, de acordo com ele, são o mandato, a anistia e o dispositivo que se refere aos pequenos e médios empresários devedores do sistema bancário. "O que precisamos é separar os pontos de consenso, isolando aquilo que for para a decisão no voto", defendeu.

O relator Bernardo Cabral informou que o deputado Ulysses Guimarães vai ouvir as lideranças, para ver se é possível fazer fusões de emendas repetitivas. Ele acha que, com exceção do mandato e da anistia, as emendas para os demais artigos são passíveis de fusão. Se isso não for possível, Cabral disse que será votado artigo por artigo das Disposições Transitórias. Acrescentou ainda que, aprovada uma emenda substitutiva, as demais para o mesmo artigo estarão prejudicadas.

Já falando sobre o segundo turno da Constituinte, o relator disse ser contra emendas que suprimam apenas algumas expressões nos artigos. Ele também é contra o Dispositivo para Votação em separado no segundo turno.



Arquivo 19/10/87

Lins quer definir aculturados

dificultado avanços na maioria dos temas".

Aculturação

Será discutido também o artigo 271 do texto da Comissão de Sistematização que exclui dos direitos previstos no capítulo dos índios em alto estágio de aculturação. Para os deputados José Carlos Sabóia (PSB-MA), e Tadeu França (sem legenda-PR) esse dispositivo representaria o "genocídio" dessas populações, já que, dependendo dos critérios, 90% dos índios ficariam excluídos.

Como os líderes do Centrão, deputados José Lins (PFL-CE) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), não aceitam a supressão desse artigo, a Frente de Defesa do Índio apresentou uma proposta que prevê os direitos territoriais somente aos índios que "ocupam as terras indígenas". Segundo o deputado José Carlos Sabóia isso não provocará a exclusão de nenhum índio, já que caberá a cada tribo reconhecer o direito de cada um de seus membros.



Plebiscito divide o cego e seu guia

Londrina (PR) — Duas roletas ficaram instaladas no final de semana no calçadão da avenida Paraná, centro de Londrina, com a finalidade de colher a opinião da população sobre o mandato do presidente Sarney. Uma delas registrava os votos para cinco anos e outra, para os quatro anos. Durante a votação ocorreu uma dissidência entre um eleitor cego, Augusto Pereira, e seu guia.

O cego fez questão de passar pela roleta dos cinco anos, enquanto seu guia, que ganhou até torcida, queria levá-lo para a outra catraca. Democriticamente, o cego acabou passando pela borboleta que escolheu e seu guia, votou pelos quatro anos.

O plebiscito encerrou-se no domingo e ontem de manhã, a seção da OAB e as demais entidades que promoveram a votação divulgaram o resultado: 5.596 votaram pelos quatro anos (93%) e 406 optaram pelos cinco (6,7%).

Unidade mineira tem avanços

Belo Horizonte — Os 50 constituintes participantes do Movimento Cívico pela Unidade de Minas, que visitaram neste final de semana Belo Horizonte, Ouro Preto e Mariana, retornaram ontem pela manhã a Brasília. Antes do embarque, alguns políticos deixaram claro que vão obter uma vitória bastante significativa para sepultar qualquer idéia separatista de Minas.

"Sou radicalmente contra a divisão de Minas", afirmou o deputado gaúcho do PMDB, Luiz Roberto Pontes. "Eu entendo que Minas deve permanecer intocada para que continue desempenhando seu papel de um Estado líder, não só no aspecto político e social como também no aspecto econômico. Acho que é importante se manter as tradições mineiras, inclusive na intocabilidade de seu território".

Unidade

O constituinte Geraldo Alcemim, do PMDB de São Paulo, acha que Minas é o equilíbrio dos estados da federação, portanto a unidade do Estado é desejada por todos os seus habitantes, inclusive do Triângulo. "Certamente haverá de prevalecer esse espírito de unidade e não o de separatismo, que creio é transitório. Eu tenho a certeza que, depois de vencido este episódio, aqueles triangulinos insatisfeitos virão se associar à unidade de Minas Gerais".

Ele disse também que votará contra qualquer criação de Estado via Constituinte. "Eu entendo que não é função da Assembleia Nacional Constituinte criar Estados. Isso deve ser fruto após a Constituinte, de uma legislação que aprofunde o assunto da redivisão dos Estados brasileiros".